

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 – SMTDS.
PROCESSO Nº 3012001/2019 – CPS/PGM.
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO.**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 – SMTDS,
PROCESSO Nº 3012001/2019 – CPS/PGM, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CRATO -
CE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMTDS E O
PROJETO VERDE VIDA.**

O **MUNICÍPIO DO CRATO - CE**, por intermédio da **Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SMTDS**, inscrita no CNPJ sob nº 07.587.975/0001-07, com sede na Av. Perimetral Dom Francisco, s/n, São Miguel, Crato - CE, **doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato **representado pela Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em exercício, a Sr^a. Tammy Ferreira de Lacerda**, e a entidade **Projeto Verde Vida**, inscrita no CNPJ sob nº 03.324.672/0001-40, com sede no Sítio Catingueira, s/n, Distrito Bela Vista, Crato - CE, **doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, **representado pela Coordenadora a Sr^a Jany Mery Alencar Leite**, portadora de RG nº 1947187/90 – SSP/CE e inscrita sob o nº de CPF 977.607.224-00, residente e domiciliada a Rua Moisés Xenofonte, 110, Ponta da Serra, Crato – Ceará, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, nos artigos 2º. VIII, 30º e 31º, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 2605001/2017-GP, na Lei nº 4.320/2017, na Lei nº 8.742/93 – LOAS, Resolução CNAS 109/2009 e no Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato - CE, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração, decorrente da Dispensa de Chamamento Público, conforme publicado extrato no D.O.M, de 24 de janeiro de 2020, tem por **Objeto repasse do valor do Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato - CE, para execução do projeto: “Diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no Município do Crato - CE”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante deste termo, ANEXO I.**

1.1.1. O valor constante do Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato – CE, é no montante de R\$ 450.758,40, dos quais 80% serão destinados para a OSC, Projeto Verde Vida, para



execução do Projeto deste Termo de Colaboração, e 20% é destinado para o CMDCA – Crato/CE.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva legislação que fundamentam o firmamento desta parceria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação à referida organização eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- e) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- g) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- h) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Manter escrituração contábil regular;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



- g) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do Objeto do presente Termo de Colaboração é de **R\$ 360.606,72 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, e setenta e dois centavos)**.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 360.606,72 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, e setenta e dois centavos), correndo a despesa à conta da **Unidade Orçamentária: 05.05 – F.M.D.C.A, Dotação Orçamentária: 08.244.0143.2.220.0000 – Apoio e Fortalecimento do Projeto Verde Vida, Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições, Fonte: 1.990.0000.01 – Recursos destinado aos Direitos da Criança e do Adolescente.**

3.3 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados/transferidos em **conta específica na Caixa Econômica Federal, Agência 0684 - 0, Operação: 013 e Conta nº 78666 - 9, com abertura em 30 de janeiro de 2020, em favor do Projeto Verde Vida, para execução do Projeto "Diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no Município do Crato – CE"**.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas, caso existam, dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I** - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II** - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração ou de Fomento;



III- Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda queem caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.1.1 - Caso a execução do referido Projeto, objeto deste Termo de Colaboração, seja concluída antes do prazo disposto no item acima, dar-se-á como data de referência de encerramento de execução das atividades aquela cuja se deu a finalização do mesmo; e esta, será considerada para os prazos de prestação de contas do referido Termo.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.



6.3 – Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

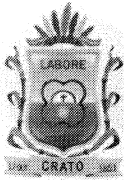
7.3 - A presente parceria terá como **Gestor pela Administração Municipal** a Srª. Veronica Pereira Maia, inscrita sob o CPF nº 060.917.426-63, ocupante do cargo Efetivo em Analista de Gestão na Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, conforme Portaria nº 0602001/2020 - SMTDS, anexa ao presente instrumento.

7.4 - A presente parceria terá como **Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação constituída pela Portaria nº 2812001/2017-GP**, anexa ao presente instrumento, é composta pelos seguintes Servidores:

I – Francisca Cintya de Oliveira Lima – Presidente, lotado na Controladoria e Ouvidoria Geral do Município;

II – Leonardo Pinheiro Leandro – Membro, lotado na Controladoria e Ouvidoria Geral do Município;

III – Paulo de Tarso Bantim Junior – Membro, lotado na Controladoria e Ouvidoria Geral do Município.



7.5 - A presente parceria terá como **Gestor pela entidade** a Sr^a Jany Mery Alencar Leite, portadora de RG nº 1947187/90 – SSP/CE e inscrita sob o nº de CPF 977.607.224-00, residente e domiciliada a Rua Moisés Xenofonte, 110, Ponta da Serra, Crato – Ceará, Coordenadora do Projeto Verde Vida.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria;

III - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.



8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - Aprovação da prestação de contas;

II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) Omissão no dever de prestar contas;

b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.



CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III -Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único.As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil egravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a Organização da Sociedade Civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

[Handwritten signatures]



11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração/Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

e
d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Crato - CE, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Crato - CE, 06 de Fevereiro de 2020.

Tammy Ferreira Lacerda
Tammy Ferreira Lacerda

Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em Exercício

Jany Mery Alencar Leite
Jany Mery Alencar Leite
Coordenadora do Projeto Verde Vida

Testemunha 01: _____

CPF n° _____

Testemunha 02: *Jayane de Almeida Souza*

CPF n° *037.102.783-76*

17 OUT

CRATO

1853

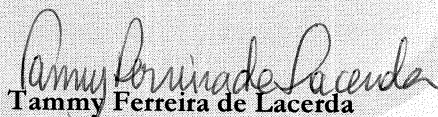


EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 - SMTDS.

PROCESSO Nº 3012001/2019 – CPS/PGM

A Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Crato – CE, em Exercício, faz publicar o extrato resumido do Termo de Colaboração nº 001/2020-SMTDS, a seguir: **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** Projeto Verde Vida, CNPJ: 03.324.672/0001-40. **OBJETO:** Diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no Município do Crato - CE. **DOS RECURSOS FINANCEIROS:** O repasse financeiro será de R\$ 360.606,72 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, e setenta e dois centavos) de acordo com a aprovação do plano de trabalho proposto pela entidade. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros deste Termo de Colaboração ocorrerão à conta Unidade Orçamentária: 05.05 – F.M.C.D.A, Dotação Orçamentária: 08.244.0143.2.220.0000 – Apoio e Fortalecimento do Projeto Verde Vida, Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições, Fonte: 1.990.0000.01 – Recursos destinado aos Direitos da Criança e do Adolescente. **VIGÊNCIA:** A partir da assinatura até 31/12/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 06/02/2020. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, nos artigos 2º. VIII, 30º e 31º, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 2605001/2017-GP, na Lei nº 4.320/2017, na Lei nº 8.742/93 – LOAS, Resolução CNAS 109/2009 e no Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato - CE.

Crato – CE, 06 de fevereiro de 2020.


Tammy Ferreira de Lacerda

Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em Exercício

17 OUT

CRATO

1853

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMTDS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 - SMTDS.

PROCESSO Nº 3012001/2019 – CPS/PGM

A Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Crato – CE, em Exercício, faz publicar o extrato resumido do Termo de Colaboração nº 001/2020-SMTDS, a seguir: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Projeto Verde Vida, CNPJ: 03.324.672/0001-40. OBJETO: Diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no Município do Crato - CE. DOS RECURSOS FINANCEIROS: O repasse financeiro será de R\$ 360.606,72 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, e setenta e dois centavos) de acordo com a aprovação do plano de trabalho proposto pela entidade. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros deste Termo de Colaboração ocorrerão à conta Unidade Orçamentária: 05.05 – F.M.C.D.A, Dotação Orçamentária: 08.244.0143.2.220.0000 – Apoio e Fortalecimento do Projeto Verde Vida, Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições, Fonte: 1.990.0000.01 – Recursos destinado aos Direitos da Criança e do Adolescente. VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31/12/2020. DATA DA ASSINATURA: 06/02/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, nos artigos 2º, VIII, 30º e 31º, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 2605001/2017-GP, na Lei nº 4.320/2017, na Lei nº 8.742/93 – LOAS, Resolução CNAS 109/2009 e no Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato - CE.

Crato – CE, 06 de fevereiro de 2020.

Tammy Ferreira de Lacerda

Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em Exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SEMADT

Associação dos Agentes recicladores de Crato - AARC

Nome

07.956.607/0001-99

CNPJ/CPF

Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial- SEMADT a **Licença Simplificada** para coleta, transporte, armazenamento e tratamento de resíduos sólidos, localizada no Município de Crato, na Rua Antônia Selma Gomes, N º168, Recreio, Crato/CE.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMADT.

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMTDS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2020 - SMTDS.

PROCESSO Nº 3012001/2019 – CPS/PGM

A Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Crato – CE, em Exercício, faz publicar o extrato resumido do Termo de Colaboração nº 001/2020-SMTDS, a seguir: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Projeto Verde Vida, CNPJ: 03.324.672/0001-40. OBJETO: Diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no Município do Crato - CE. DOS RECURSOS FINANCEIROS: O repasse financeiro será de R\$ 360.606,72 (trezentos e sessenta mil, seiscentos e seis reais, e setenta e dois centavos) de acordo com a aprovação do plano de trabalho proposto pela entidade. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros deste Termo de Colaboração ocorrerão à conta Unidade Orçamentária: 05.05 – F.M.C.D.A, Dotação Orçamentária: 08.244.0143.2.220.0000 – Apoio e Fortalecimento do Projeto Verde Vida, Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00 - Contribuições, Fonte: 1.990.0000.01 – Recursos destinado aos Direitos da Criança e do Adolescente. VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31/12/2020. DATA DA ASSINATURA: 06/02/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, nos artigos 2º, VIII, 30º e 31º, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 2605001/2017-GP, na Lei nº 4.320/2017, na Lei nº 8.742/93 – LOAS, Resolução CNAS 109/2009 e no Contrato de Doação ITAÚ UNIBANCO S.A, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Crato - CE.

Crato – CE, 06 de fevereiro de 2020.

Tammy Ferreira de Lacerda

Secretária Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, em Exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SEMADT

Associação dos Agentes recicladores de Crato - AARC

Nome

07.956.607/0001-99

CNPJ/CPF

Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial- SEMADT a **Licença Simplificada** para coleta, transporte, armazenamento e tratamento de resíduos sólidos, localizada no Município de Crato, na Rua Antônia Selma Gomes, N º168, Recreio, Crato/CE.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMADT.

Prefeitura Municipal do Crato

PROJETO VERDE VIDA

Relatório de Itens dos Contratos

Contrato: 001/2020 SMTDS - 05.05 F.M.D.C.A.- Fundo Mun dos Dir da Crianca

Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Dotação: 1764 P.A.: 2220 Apoio e Fortalecimento do Projeto Verde Vida			
53968 REPASSE FINANCEIRO	1,00	360606,72	360606,72
Total Dotação:			360606,72
Total Geral:			360606,72